



MUNICÍPIO DE QUATIGUÁ

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dr. João Pessoa, nº 1.300 – Centro
CNPJ nº 76.966.852/0001-08 / Site: www.quatigua.pr.gov.br Fone: (43)
3564-1381 E-mail: licitacao@quatigua.pr.gov.br

EDITAL DE LEILÃO LEILÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 116/2025

O MUNICÍPIO DE QUATIGUÁ, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.966.852/0001-08, com sede à Av. Dr. João Pessoa, nº 1.300, Centro, Centro, CEP: 86.450-000, representado por sua Prefeita, **Izilda Gleiciany Rodrigues Carro**, no uso de suas atribuições, em conformidade com os dispositivos legais da Lei Federal 14.133/2021, em especial nos artigos 28, IV e 31, seus parágrafos e incisos e demais legislações pertinentes, visando o conhecimento de todos os interessados, vem tornar público a realização de **LEILÃO ELETRÔNICO**, pelo critério **MAIOR LANCE**, igual ou superior ao valor da avaliação prévia, objetivando a venda dos bens pertencentes ao Município, na situação em que se encontram, de acordo com as regras e especificações deste edital.

1 DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente edital a **alienação de bens móveis inservíveis à Administração Pública Municipal**, declarados inservíveis por meio Decreto Municipal nº 62/2026, relacionados no Anexo I, deste Edital, no qual constam as informações individualizadas dos bens e respectivos valores de lance inicial.

1.1.1. Os bens objetos deste leilão foram previamente avaliados pelo Leiloeiro Oficial e ratificados pela Comissão de Avaliação de Bens, nos termos do art. 31, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, correspondendo os valores de lance inicial constantes do Anexo I aos respectivos valores da avaliação prévia.

1.2 Os bens doravante mencionados serão vendidos no estado e condições que se encontram, sem garantia, não cabendo ao Comitente nem ao Leiloeiro Oficial a responsabilidade por vícios aparentes ou ocultos, bem como por reparos, substituições ou providências relacionadas ao transporte após a arrematação, pressupondo-se que tenham sido previamente examinados pelos licitantes, não cabendo nenhuma reclamação posterior quanto às suas qualidades e condições intrínsecas e extrínsecas.

1.3 As eventuais imagens divulgadas nas plataformas e canais de divulgação possuem caráter meramente ilustrativo, recomendando-se aos licitantes a realização de visita técnica prévia, para verificação do estado e conservação do objeto a ser leiloado.

2 DAS CONDIÇÕES GERAIS, CIÊNCIA E ACEITAÇÃO

2.1 O interessado deverá, com antecedência, ler integralmente este edital e realizar seu cadastramento nos portais eletrônicos do leilão, estando ciente e de acordo com todas as normas aplicáveis.

2.2 A partir do momento em que o interessado se habilita na plataforma do Leilão, declara, para todos os fins de direito, que tem pleno conhecimento e está de acordo com todas as regras, condições e disposições estabelecidas neste Edital, manifestando sua concordância e aceitação plena, irrevogável e irretroatável. Declara, ainda, estar ciente das demais obrigações legais decorrentes de sua participação no leilão, não sendo admitidos questionamentos posteriores, sob qualquer alegação ou justificativa, inclusive quanto ao eventual desconhecimento das normas deste Edital ou da legislação aplicável.

2.3 Poderão participar do leilão pessoas físicas maiores ou emancipadas e pessoas jurídicas regularmente constituídas que não se encontram em hipóteses previstas em lei de vedação à participação em procedimento licitatório.

2.4 Não poderão participar do presente leilão, direta ou indiretamente:

I – os servidores públicos municipais vinculados ao Município de Quatiguá/PR, independentemente do vínculo ou natureza do cargo;

II – os ocupantes de cargo em comissão e funções de confiança;

III – os agentes políticos do Município, incluindo Prefeita, Vice-Prefeito e Secretários Municipais;

IV – os membros da comissão responsável pela avaliação dos bens, da comissão de contratação/licitação e demais agentes públicos que tenham participado, em qualquer fase, da instrução, condução ou julgamento do procedimento;

V – o Leiloeiro Oficial responsável pela condução do certame;

VI – os cônjuges, companheiros ou parentes, consangüíneos ou afins, até o terceiro grau, das pessoas mencionadas nos incisos anteriores.

2.4.1. A vedação prevista neste item observa os princípios da moralidade, impessoalidade, isonomia e probidade administrativa, bem como o disposto no art. 14, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021.

3 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO LEILÃO

3.1 Os interessados poderão participar do presente leilão por meio da internet, sendo os lances encaminhados por meio do portal do leiloeiro ou plataforma de divulgação.

3.2 Para a participação do leilão, os interessados deverão se cadastrar no portal do leiloeiro www.fernandoleiloeiro.com.br ou na plataforma www.mgl.com.br a partir e e-mail próprio, criar sua senha de acesso e encaminhar os devidos documentos para ativação do cadastro conforme normas do

site.

3.2.1. Se pessoa física:

- I. Documentos de identificação – CPF e Carteira de Identidade – RG ou CNH.
- II. Comprovante de emancipação, quando for o caso.
- III. Comprovante de endereço atualizado.
- IV. Selfie portando documento atualizado.

3.2.2. Se pessoa jurídica:

- I. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- II. Documentos de Identidade e credenciamento do representante – CPF e RG.
- III. Autorização (Procuração Autenticada).
- IV. Última alteração contratual.
- V. Inscrição estadual e municipal se for o caso.
- VI. Comprovante de endereço atualizado.
- VII. Selfie portando documento atualizado.

3.2.3. Os documentos exigidos para cadastramento e validação de acesso nas plataformas eletrônicas destinam-se exclusivamente à autenticação digital, prevenção a fraudes, validação de identidade do usuário e segurança das operações realizadas em ambiente eletrônico, não constituindo fase de habilitação jurídica, técnica, fiscal, trabalhista ou econômico-financeira prevista na Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2.4. O tratamento dos dados pessoais e documentos apresentados observará as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), sendo utilizados exclusivamente para fins relacionados à identificação, autenticação, segurança e regular participação no leilão eletrônico.

3.3 Todos os procedimentos para o referido cadastro estarão no site, podendo os interessados contar também com suporte da equipe do Leiloeiro em horário comercial pelo telefone 0800 242 2218.

3.4 É de exclusiva responsabilidade do usuário a guarda, o sigilo e o uso de seu login e senha, bem como todas as operações, atos e transações realizadas na plataforma de leilões por meio de suas credenciais, não cabendo ao Comitente Vendedor ou ao Leiloeiro qualquer responsabilidade por danos, prejuízos ou perdas decorrentes de uso indevido, ainda que por terceiros.

3.4.1. Os lances ofertados na plataforma são realizados após o cumprimento de etapas de segurança, incluindo autenticação por login e senha do usuário, sendo considerados atos válidos, irretratáveis e vinculantes.

3.5 Serão aceitos lances online (via internet) exclusivamente dos participantes que estiverem devidamente cadastrados no site e habilitados para o respectivo leilão.

3.6 Os lances realizados via internet não garantem ao participante qualquer direito em caso de recusa

pelo leiloeiro, especialmente em razão de falhas técnicas, quedas do sistema, problemas de conexão com a internet, linha telefônica ou quaisquer outras ocorrências que impeçam a correta recepção do lance, uma vez que a internet e o site do leiloeiro constituem apenas meios facilitadores para a oferta de lances.

3.7 Ao optar pela participação no leilão por meio eletrônico, o interessado assume integralmente os riscos decorrentes de falhas, interrupções ou impossibilidades técnicas, não sendo cabível qualquer reclamação, questionamento ou pedido de indenização em face do leiloeiro ou do comitente vendedor.

3.8 O aviso resumido deste Edital, bem como o inteiro teor do instrumento convocatório e seus anexos, serão disponibilizados no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no sítio eletrônico oficial do Município de Quatiguá/PR e nas plataformas eletrônicas utilizadas para realização do leilão, observadas as exigências da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.9 O prazo de publicidade do presente leilão observará o período mínimo de 15 (quinze) dias úteis entre a divulgação do edital e a realização da sessão pública, nos termos do art. 55, inciso III, alínea “c”, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4 DO LEILOEIRO

4.1 O presente Leilão será realizado por intermédio do Leiloeiro Público Oficial, Senhor Fernando Caetano Moreira Filho, devidamente matriculado na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o número 24/401-L.

5. DO LOCAL, DATA E HORA DA REALIZAÇÃO DO LEILÃO

5.1. O leilão será realizado de forma eletrônica, com participação dos interessados tanto pelo portal do leiloeiro www.fernandoleiloeiro.com.br quanto pela plataforma www.mgl.com.br, sendo os lances ofertados em qualquer uma das plataformas processados simultaneamente e submetidos às mesmas regras deste edital.

5.2. A partir da publicação do leilão e após estar devidamente habilitado a participar no sistema, o interessado poderá enviar pré-lances à sessão pública, no lote de seu interesse, deixando-o registrado no sistema os quais serão convertidos em lances na abertura da sessão.

5.3. Os lances on-line iniciarão no dia 22/05/2026 e a abertura da sessão ocorrerá no dia 19/06/2026 a partir das 10h00min (horário de Brasília/DF), com encerramento dos lotes de forma sequencial conforme normas do site.

5.4. Os bens serão leiloados e encerrados individualmente, conforme as disposições da plataforma. Os lotes que não receberem lances na primeira chamada poderão ser reabertos para uma segunda chamada no mesmo dia, com encerramento até às 17h00min.

6. DO HORÁRIO, LOCAL, VISITAÇÃO AOS BENS

6.1. Os bens objetos deste leilão poderão ser visitados pelos interessados no local e período abaixo mencionado, no horário de 08h00min às 11h00min e de 13h00min às 16h00min, conforme disponibilidade do Comitente.

6.1.1. Dias de visitação: segunda à sexta feira.

6.1.2. Parque Rodoviário, localizado na Avenida Doutor João Pessoa, s/n, na cidade de Quatiguá/PR.

6.1.3. Contato para informações complementares: Ailton – (11) 988877662 ou (43) 3153-1206.

6.2. Cabe aos interessados, nos dias determinados para visitação, vistoriar e examinar os bens e veículos, bem como levantar condições dos respectivos documentos e estado de conservação, a fim de se inteirarem de suas particularidades.

6.3. É permitido exclusivamente, a avaliação visual dos lotes de bens e veículos, sendo vedado o seu manuseio, experimentação, retirada de peças, etc.

6.4. Caso o licitante opte por não visitar o bem, assumirá total responsabilidade por não fazer o uso da faculdade de vistoriá-lo.

6.5. Após a arrematação não poderá alegar desconhecimento como forma de impedir a correta formulação da proposta ou do integral cumprimento do edital e nem reivindicações posteriores

7 DOS ESCLARECIMENTOS

7.1. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar os termos do presente Edital, até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública do leilão, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2. Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações deverão ser encaminhados nominalmente ao Leiloeiro Oficial ou ao Comitente/Vendedor, por meio dos seguintes endereços eletrônicos:

I – Leiloeiro Oficial: fernandoleiloeiro@fernandoleiloeiro.com.br

II – Comitente/Vendedor: administracao@quatigua.pr.gov.br

7.3. O Leiloeiro Oficial e/ou o Comitente/Vendedor deverão responder aos pedidos de esclarecimentos e decidir sobre as impugnações até o último dia útil anterior à data da realização do leilão.

7.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos, bem como as decisões relativas às impugnações apresentadas, serão divulgadas em campo próprio no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no sítio eletrônico oficial do Município e na plataforma eletrônica do leilão, vinculando todos os interessados e passando a integrar este Edital para todos os fins legais.

7.5. O acolhimento de impugnação ou a prestação de esclarecimento que implique alteração das condições do Edital, capaz de afetar a formulação dos lances, a participação dos interessados ou a atratividade do certame, importará na republicação do Edital e na reabertura integral do prazo mínimo de

publicidade de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 55, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.6. A ausência de impugnação no prazo legal implicará presunção relativa de concordância dos interessados quanto aos termos deste Edital, sem prejuízo da apreciação de matérias de ordem pública.

8. DO ESTADO DE USO E CONSERVAÇÃO DOS BENS MÓVEIS

8.1. Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram e sem garantia, não cabendo ao Comitente/Vendedor ou ao leiloeiro a responsabilidade por defeitos ou vícios de qualquer natureza, ou qualquer obrigação em realizar conserto, reparos, desmonte ou mesmo providências com a retirada ou transporte do material arrematado.

8.2. Os lotes de veículos, máquinas, implementos, equipamentos e demais bens móveis são disponibilizados no estado em que se encontram, não tendo sido submetidos a testes de funcionamento, avaliações técnicas, inspeções operacionais, hidráulicas, elétricas, eletrônicas, estruturais ou mecânicas prévias pela Administração Pública, pelo Comitente/Vendedor ou pelo Leiloeiro Oficial.

8.2.1. A ausência de testes e avaliações técnicas abrange expressamente os maquinários pesados e equipamentos da chamada “linha amarela”, incluindo, mas não se limitando aos lotes referentes à carreta para trator (Lote 08), escavadeira hidráulica Doosan (Lote 09), motoniveladora New Holland (Lote 18), retroescavadeiras (Lotes 22 e 23) e pás carregadeiras (Lotes 24 e 25), os quais poderão apresentar desgastes, avarias, ausência de peças, falhas hidráulicas, mecânicas, elétricas, estruturais ou operacionais, inclusive necessitando de manutenção corretiva, substituição de componentes ou reparos para eventual utilização.

8.2.2. A participação no leilão e a formulação de lance pressupõem que o interessado realizou vistoria prévia suficiente para avaliação das condições reais do bem, não sendo cabíveis alegações posteriores de desconhecimento, erro, falsa expectativa de funcionamento, vícios aparentes, necessidade de reparos ou qualquer pedido de abatimento, desfazimento da arrematação ou indenização.

8.3. Em se tratando de veículos, os licitantes deverão examinar detidamente os veículos face as exigências do DETRAN, no que se refere a modelo, cor, ano de fabricação, potência, plaquetas, etiquetas autodestrutivas, numeração do motor e chassi, numeração dos vidros, ano de fabricação, ano modelo.

8.4. Quando o número do motor e do chassi não estiverem legíveis, ou não forem originais de fábrica, caberá ao licitante arrematante trocar a peça e providenciar a regularização do veículo junto aos órgãos públicos competentes.

8.5. Veículos que eventualmente não possuam o número de motor registrado e/ou danificados ou estiverem com os motores trocados na BIN (Base Índice Nacional) serão de inteira responsabilidade dos arrematantes, no que tange sua regularização.

8.6. O Leiloeiro Público Oficial e o Comitente/Vendedor não se enquadram na condição de

fornecedores ou comerciantes, sendo aqueles, meros mandatários, ficando EXIMIDOS de eventuais responsabilidades por defeitos ou vícios ocultos que possam existir, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro, bem como de qualquer responsabilidade em caso de evicção (art. 448, do Código Civil Brasileiro) e ou tributária, relativamente aos bens alienados (vendidos).

9. DA DOCUMENTAÇÃO, REGULARIZAÇÃO E RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

9.1. Compete ao interessado consultar, previamente, junto ao DETRAN, a situação do veículo, inclusive quanto à existência de eventuais restrições, impedimentos administrativos, exigências de vistoria ou outras pendências, ciente de que a regularização do bem é de inteira responsabilidade do arrematante.

9.2. O arrematante que optar pela arrematação de veículo fica ciente de sua responsabilidade pela regularização da situação legal do bem adquirido, assumindo as despesas relacionadas à transferência de propriedade, custos de cartório, pagamento de IPVA atrasado (inclusive do ano vigente), quaisquer multas registradas ou não no DETRAN, multas RENAINF, seguro obrigatório, emissão de segunda via de documentos, obtenção do número do espelho do CRV, impostos e taxas de qualquer natureza, existentes ou que venham a surgir durante a regularização da documentação do veículo. Essas responsabilidades também se aplicam à baixa definitiva de veículos considerados como sucata junto ao DETRAN.

9.3. Os valores de débitos eventualmente informados no edital ou nas plataformas eletrônicas, referentes a impostos, taxas, multas e demais encargos perante os órgãos competentes, possuem caráter meramente informativo. Compete **exclusivamente ao interessado/arrematante consultar, verificar, atualizar e quitar integralmente** todos os débitos incidentes ou que venham a incidir sobre o veículo, inclusive aqueles identificados após a elaboração deste edital ou posteriormente à data do leilão, ainda que referentes a períodos anteriores, não sendo admitidas reclamações, questionamentos ou pedidos de ressarcimento.

9.4. Quando o veículo **não possuir CRV e/ou CRLV**, caberá exclusivamente ao arrematante providenciar, junto ao órgão de trânsito competente, a emissão de segunda via dos referidos documentos, assumindo integralmente todas as providências, custos e responsabilidades necessárias.

9.5. Os veículos identificados como “**proveniente de doação**”, foram recebidos pelo ente público por meio de doação de terceiros (pessoas físicas ou jurídicas) e podem não ter tido a transferência de propriedade formalizada no órgão de trânsito competente (DETRAN) antes da realização deste leilão.

9.5.1. O arrematante declara-se ciente e assume integralmente a responsabilidade por todas as providências e custos necessários para a regularização da cadeia de propriedade do veículo, o que pode incluir, sem se limitar a: a) Obtenção de documentação junto ao antigo proprietário/doador; b) Realização de múltiplas transferências para regularizar o histórico de propriedade (cadeia

dominial); c) Pagamento de taxas, tributos (passados e futuros), multas (inclusive RENAINF) e quaisquer outros encargos necessários à efetiva transferência do bem para seu nome.

9.6. Poderão participar do leilão de veículos considerados SUCATA, bem como arrematá-los, somente as pessoas jurídicas, que tenham realizado o credenciamento de empresas destinadas a desmontagem, reciclagem, recuperação e a comercialização de partes e peças de veículos automotores terrestres no seu referido Estado e obtido sua portaria de credenciamento e funcionamento da empresa e o Certificado de Registro conforme Resolução nº. 611/2016 do CONTRAN.

9.7. O Leiloeiro Oficial atua como mero mandatário da alienação, não possuindo qualquer responsabilidade sobre a situação documental do bem, nos termos do art. 663 do Código Civil. A não obtenção da transferência por qualquer motivo não dará ao arrematante o direito de pleitear a anulação do arremate, a devolução de valores ou qualquer tipo de indenização.

9.8. As documentações (nota de arrematação e ata do leilão) serão emitidas em nome do arrematante, não se admitindo, a interferência de terceiros ou troca de nomes, salvo por justificativa aceitável pelo Comitente e/ou Leiloeiro. Devendo, caso seja autorizada, apresentar documento de autorização de troca de titularidade com os dados do ofertante e comprador devidamente assinados e com firma reconhecida.

9.9. É de responsabilidade do Leiloeiro exclusivamente a expedição da Nota de Arrematação, a qual será entregue ao arrematante e possui fé pública, sendo documento hábil para comprovação da aquisição do bem. Caso o arrematante necessite de Nota Fiscal para transporte ou outras finalidades, deverá providenciá-la por seus próprios meios.

10. DOS REGISTROS DE LANCES

10.1. A participação no Leilão implica no conhecimento e aceitação, por parte dos licitantes, das exigências e condições estabelecidas neste edital e portal.

10.2. Os interessados em participar do leilão poderão fazê-lo no período marcado para a realização do leilão, devendo acessar o site com seu login e senha, observando o valor mínimo para o objeto constante do Anexo I deste Edital, considerando-se vencedor o participante que oferecer o maior lance por este desde que homologado pelo Comitente.

10.3. Os lances ofertados na plataforma são realizados após o cumprimento de etapas de segurança, incluindo autenticação por login e senha do usuário, sendo considerados atos válidos, irretratáveis e vinculantes. Assim, lances registrados de forma equivocada, indevida ou por erro de digitação não serão cancelados, anulados ou desconsiderados, permanecendo íntegros e exigíveis, não cabendo ao Comitente Vendedor ou ao Leiloeiro qualquer responsabilidade ou obrigação de revisão.

10.4. O interessado poderá oferecer lances sucessivos, desde que superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.4.1. Lances automáticos – O usuário poderá programar lance automático, de forma que, se outro

Usuário cobrir seu lance, o sistema registrará automaticamente a oferta lance até o valor limite programado, respeitando o incremento mínimo previsto no portal. Os lances automáticos ficarão registrados no sistema com a data em que forem programados.

10.5. Na sucessão de lances, a diferença do valor não poderá ser inferior ao valor indicado pelo portal, podendo o Comitente ou o Leiloeiro alterar o incremento no decorrer do leilão, tornando público a alteração.

10.6. A Comissão de Leilão e o Leiloeiro Oficial poderão desclassificar ou cancelar lances quando houver indícios de irregularidade, fraude, conluio, manipulação do certame, uso indevido da plataforma, violação das regras do edital ou qualquer conduta que comprometa a lisura, competitividade, segurança ou regularidade do leilão.

10.6.1. A decisão de cancelamento ou desclassificação de lance deverá ser registrada de forma sumariamente fundamentada no sistema eletrônico, chat da sessão ou outro meio oficial de comunicação do certame, com posterior consignação em ata.

10.6.2. Será assegurado ao licitante o direito de registrar sua irresignação, manifestação ou justificativa nos registros da sessão e na ata do certame, sem efeito suspensivo sobre o andamento do leilão.

10.6.3. A adoção das medidas previstas neste item não afasta a possibilidade de apuração posterior de responsabilidades civis, administrativas e penais, na forma da legislação aplicável.

10.7. Os valores indicados no Anexo I deste Edital correspondem aos valores da avaliação prévia dos bens e constituem os lances iniciais mínimos para alienação, nos termos do art. 31, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, não sendo admitida a arrematação por valor inferior ao estabelecido para cada lote.

10.7.1. A homologação do resultado permanecerá condicionada à análise de conveniência e oportunidade administrativa pelo Comitente/Vendedor, que poderá, mediante decisão motivada, deixar de homologar determinado lote ou o certame, no todo ou em parte, sem que disso decorra direito à indenização, expectativa de direito ou aquisição automática do bem pelo arrematante.

10.7.2. A prerrogativa prevista no item anterior não autoriza a homologação de arrematações em valores inferiores aos respectivos lances mínimos constantes do Anexo I, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas mediante prévia reavaliação formal do bem e observância das exigências da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.8. Caso o lote não receba lances, o Comitente/Vendedor poderá reavaliar o bem e realizar nova tentativa de alienação, em condições e valores a serem definidos, não gerando aos participantes qualquer direito adquirido ou expectativa de direito.

11. DA ARREMATAÇÃO DOS BENS

11.1. Após a arrematação, que se consuma com o encerramento do prazo da oferta de lances, não será

aceita em nenhuma hipótese a desistência total ou parcial dos arrematantes quanto aos lotes arrematados, sob pena de infringir o Artigo 337 do Código Penal Brasileiro e penalidades nos termos da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Os atos de adjudicação e homologação observarão o disposto no §4º do Artigo 31 da Lei nº 14.133/2021, cabendo a Comissão de Licitação a adjudicação de cada lote ao seu arrematante, e a Prefeita Municipal a homologação do certame após efetivado o pagamento.

11.3. O arrematante ficará responsável pelo pagamento total dos lotes arrematados e só se procederá a entrega de qualquer bem após o pagamento de todos.

11.4. É proibido ao arrematante ceder, permutar, transferir, vender ou negociar sob qualquer forma, o bem arrematado antes da efetiva retirada e/ou transferência de propriedade do bem.

11.5. O arrematante que descumprir com as obrigações e pagamento poderá ter o seu cadastro bloqueado e impossibilitado de participar de leilões online e presenciais, observado o prévio procedimento administrativo sancionatório, com garantia ao contraditório e à ampla defesa, nos estritos termos dos Arts. 156 a 158 da Lei nº 14.133/2021

11.6. Caso o arrematante não cumpra as obrigações assumidas, poderá o Comitente/Vendedor, em conjunto com o Leiloeiro Público Oficial, convocar os demais licitantes, sucessivamente, observada a ordem decrescente dos lances ofertados (do maior para o menor), para que assumam a arrematação nas mesmas condições e prazos originalmente previstos, desde que o valor do lance não seja inferior ao valor mínimo estipulado para o lote e mediante homologação do Comitente/Vendedor.

11.7. Fica ratificado desde já, que qualquer forma de manipulação, acordo, combinação ou fraude por parte dos licitantes ou qualquer outra pessoa, que prejudique o leilão, principalmente à combinação de lances e/ou propostas, será imediatamente comunicado a Autoridade Policial e ao Ministério Público, para que tomem as devidas medidas pertinentes, como previsto na Lei nº 14.133/2021 e no Código Penal Brasileiro.

12. DO PAGAMENTO DOS BENS ARREMATADOS

12.1 Encerrada a fase de lances, o Leiloeiro Oficial declarará vencedor o licitante que houver ofertado o maior lance válido para o respectivo lote, em valor igual ou superior ao lance inicial mínimo previsto neste Edital, caracterizando-se adjudicação provisória condicionada ao integral cumprimento das obrigações previstas neste instrumento.

12.2 O arrematante vencedor deverá efetuar o pagamento integral do valor da arrematação e da comissão do Leiloeiro no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da declaração de vencedor na sessão pública do leilão.

12.2.1. Somente após a confirmação da compensação bancária integral dos valores devidos é que os autos serão encaminhados à autoridade competente do Município para fins de homologação do certame e

adjudicação definitiva do objeto ao arrematante.

12.2.2. O inadimplemento, parcial ou total, das obrigações financeiras pelo arrematante implicará decadência automática do direito à adjudicação definitiva, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, aplicando-se as sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente.

12.3 O pagamento dos bens arrematados deverá ser efetuado à vista, conforme as orientações a serem encaminhadas pela equipe do Leiloeiro, observando-se as condições abaixo:

12.3.1. O valor correspondente à arrematação deverá ser pago exclusivamente mediante Documento de Arrecadação Municipal – DAM ou por depósito/transferência em conta bancária institucional de titularidade do Município de Quatiguá/PR, a ser formalmente informada pelo Departamento Municipal de Finanças/Tesouraria, vedada a utilização de contas de terceiros, inclusive do Leiloeiro Oficial.

12.3.2. A Comissão do Leiloeiro, corresponde a 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, deverá ser paga diretamente ao Leiloeiro, por meio de boleto bancário ou chave PIX, a serem por ele informados.

12.4 As despesas bancárias decorrentes da forma de pagamento escolhida (TED, DOC, boleto, entre outros) são de responsabilidade exclusiva do arrematante, não sendo passíveis de dedução do valor devido ao Leiloeiro ou ao Comitente. Na hipótese de emissão de boleto bancário pelo Leiloeiro, incidirá sobre o valor a taxa bancária de R\$ 3,60 (três reais e sessenta centavos) por boleto emitido.

12.5 Na hipótese de descumprimento do pagamento pelo arrematante vencedor, poderá o Comitente/Vendedor, a seu critério, convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem decrescente dos lances ofertados, para que assumam a arrematação nas mesmas condições e prazos originalmente estabelecidos, desde que o valor do lance atenda ao valor mínimo previsto para o lote e seja devidamente homologado.

12.6 A liberação dos bens arrematados somente ocorrerá após a efetiva compensação bancária do valor da arrematação e da comissão do Leiloeiro, observado, ainda, o disposto na cláusula “Retirada do Bem”, prevista neste edital.

13. DA INADIMPLÊNCIA E SANÇÕES

13.1. Estarão sujeitas às sanções e penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, sem prejuízo da aplicação de outras previstas em legislação específica, todas as pessoas físicas ou jurídicas que participarem do leilão.

13.2. O arrematante vencedor será considerado desistente caso não cumpra quaisquer das condições, prazos ou obrigações previstas neste Edital.

13.3. O não pagamento do valor da arrematação e/ou da comissão do Leiloeiro caracterizará a desistência do arrematante em relação ao respectivo lote, sujeitando-o, ainda, à aplicação das seguintes multas:

13.3.1. Valor 15% (quinze por cento) do valor do lance vencedor a ser recolhido junto ao Contatante.

13.3.2. Valor de 5% (cinco por cento) do valor do lance vencedor a ser recolhido junto ao

Leiloeiro.

13.3.3. O não pagamento das multas previstas neste item, após regular apuração em processo administrativo e encerrado o prazo concedido para pagamento voluntário, poderá ensejar a inscrição do débito em Dívida Ativa do Município e sua cobrança judicial, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

13.4. O arrematante inadimplente ficará impedido de participar de novos leilões divulgados ou realizados no site do Leiloeiro, tendo seu cadastro bloqueado provisoriamente, sendo que eventuais cadastros vinculados ou relacionados ao cadastro bloqueado poderão, igualmente, ser suspensos.

13.4.1. A aplicação das penalidades previstas nesta Cláusula, especialmente multa, suspensão, bloqueio definitivo de cadastro ou impedimento de participação em futuros leilões, será precedida de regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, com notificação do interessado para apresentação de defesa prévia no prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.5. O bloqueio provisório de participação (suspensão), pelo qual o participante permanece impedido de participar de leilões realizados nas plataformas vinculadas, poderá ocorrer, dentre outras, nas seguintes hipóteses:

- a) Não cumprimento do prazo para pagamento;
- b) Inadimplência;
- c) Não cumprimento do prazo de retirada dos bens;
- d) Descumprimento de qualquer disposição deste Edital.

13.5.1. O bloqueio provisório de cadastro previsto neste Edital possui natureza exclusivamente cautelar e preventiva, podendo ser adotado, excepcionalmente, sem prévia manifestação do interessado, quando houver indícios relevantes de fraude, risco à regularidade do certame, inadimplência reiterada ou possibilidade concreta de prejuízo à Administração ou ao sistema eletrônico de leilão.

13.5.2. A manutenção, conversão em bloqueio definitivo ou aplicação de qualquer sanção restritiva dependerá da instauração e conclusão do correspondente processo administrativo sancionador, observado o disposto no art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.5.3. O interessado será formalmente notificado dos fatos imputados e poderá apresentar defesa e produzir as provas admitidas em direito, na forma e prazo previstos na legislação aplicável.

13.6. As penalidades previstas nesta cláusula serão aplicadas mediante procedimento administrativo formal, garantindo o contraditório e a ampla defesa, com notificação prévia do infrator e prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de defesa, nos termos dos Arts. 157 e 158 da Lei nº 14.133/2021. O bloqueio de cadastro previsto no item 13.4 poderá ser aplicado como medida cautelar, sujeita à

confirmação após o procedimento sancionatório.

14. DA ATA

14.1. Encerrada a sessão pública do leilão, será lavrada ata circunstanciada dos trabalhos, contendo, no mínimo, a identificação dos lotes, os lances ofertados, os arrematantes provisórios, os fatos relevantes ocorridos durante a sessão, eventuais desclassificações, manifestações registradas pelos participantes e demais ocorrências pertinentes ao certame.

14.2. A Ata da sessão pública será elaborada pelo Leiloeiro Oficial ao término dos trabalhos e submetida à validação do Agente de Contratação ou autoridade designada pelo Município.

14.3. Integrarão a documentação do certame os relatórios eletrônicos emitidos pela plataforma de leilão, incluindo registros cronológicos de lances, logs operacionais e demais documentos digitais pertinentes à sessão pública.

14.4. A Ata da Sessão Pública, acompanhada dos relatórios emitidos pela plataforma eletrônica, será disponibilizada no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no sítio eletrônico oficial do Município e nas plataformas eletrônicas utilizadas para realização do leilão, assegurando-se ampla publicidade e transparência ao certame.

14.5. Após a divulgação formal da ata de julgamento, qualquer licitante regularmente participante poderá manifestar intenção de recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, nos termos do art. 165, inciso I, alínea “b”, e §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.6. A manifestação de intenção de recurso deverá indicar, de forma sucinta, os fatos e fundamentos que motivam a irresignação do licitante.

14.7. Admitida a intenção recursal, será concedido prazo para apresentação das razões do recurso e, se for o caso, das contrarrazões, na forma da legislação aplicável.

14.8. O julgamento dos recursos administrativos caberá à autoridade competente do Município, observados os princípios do contraditório, ampla defesa, motivação e legalidade.

15. DA RETIRADA DO BEM

15.1. A retirada do bem arrematado pelo arrematante somente poderá ser autorizada após a efetiva compensação bancária dos valores devidos ao Comitente e ao Leiloeiro, conforme disposto neste Edital.

15.2. A retirada dos bens arrematados somente poderá ser **realizada mediante agendamento prévio junto ao Comitente**, ocasião em que poderão ser entregues os documentos necessários à transferência de propriedade, quando aplicável.

15.3. Prazo de retirada: A retirada do bem arrematado deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data da realização do leilão. Findo esse prazo, o arrematante que não promover a

retirada perderá todos os direitos sobre o bem, que será reincorporado ao patrimônio do Comitente, sem direito à restituição dos valores pagos a título de arrematação e comissão do Leiloeiro.

15.4. Tratando-se de veículos, a liberação somente ocorrerá mediante o preenchimento e assinatura do CRV/DUT (recibo de transferência), por ambas as partes, sendo a partir da cópia autenticada desse documento que será realizada a Comunicação de Venda, conforme exigido pelo DETRAN.

15.5. Na hipótese da retirada ser realizada por representante do arrematante, **a entrega do bem a terceiros dependerá de prévia verificação e autorização do Comitente**, devendo ser apresentada procuração específica para retirada e assinatura de documentos, com firma do arrematante reconhecida em cartório ou assinatura eletrônica válida, acompanhada de documento de identificação do terceiro autorizado.

15.5.1. O arrematante declara estar ciente de que a utilização de procuração, bem como sua apresentação no ato da regularização e/ou transferência do bem, ocorrerá sob sua inteira e exclusiva responsabilidade.

15.6. Caberá ao arrematante providenciar todos os meios necessários para a remoção e transporte dos bens arrematados, assumindo integralmente os riscos da remoção, do transporte e todas as despesas daí decorrentes.

15.7. Os bens arrematados deverão ser retirados em sua totalidade, não sendo permitida a retirada parcial ou o abandono de parte do lote, sujeitando-se o arrematante às sanções previstas neste edital em caso de descumprimento.

15.8. No caso de veículos, caberá exclusivamente ao arrematante, antes de colocá-los em funcionamento, verificar as condições necessárias, tais como nível de óleo, combustível e demais itens indispensáveis ao seu pleno funcionamento, não cabendo qualquer responsabilidade ao Comitente ou ao Leiloeiro.

15.9. O arrematante deverá remover, no momento da retirada do lote, qualquer identificação, logomarca ou sinal que vincule os bens ao patrimônio do Comitente.

16. DA TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE

16.1. A transferência de propriedade do bem arrematado, bem como a retirada dos documentos pertinentes junto ao Comitente, correrão exclusivamente por conta do arrematante, que deverá observar integralmente a legislação vigente.

16.2. Todas as despesas necessárias à transferência e regularização do veículo serão de inteira responsabilidade do arrematante, incluindo, sem se limitar a: taxas de transferência de propriedade, transferência de jurisdição municipal e/ou estadual (quando houver), baixa definitiva de registro (nos casos de sucata), baixa de gravames (quando houver), vistorias, serviços de despachante, tarifas bancárias, emolumentos cartorários, pagamento do IPVA, inclusive do exercício vigente, bem como

quaisquer outros encargos exigidos pelos órgãos competentes para o efetivo registro da transferência junto ao DETRAN.

16.3. Quando o veículo não possuir CRV e/ou CRLV, caberá exclusivamente ao ARREMATANTE providenciar, junto ao órgão de trânsito competente, a emissão da segunda via dos referidos documentos, assumindo integralmente todas as providências, custos e responsabilidades necessárias.

16.4. Tratando-se de veículos, o ARREMATANTE, de posse da via original do Certificado de Registro de Veículo – CRV, da Carta de Arrematação ou documento equivalente, deverá providenciar a transferência de propriedade no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da documentação pertinente, atendendo às demais exigências legais.

16.5. Caberá ao ARREMATANTE providenciar a retirada de qualquer identificação existente no bem que o vincule ao Comitente, tais como adesivos, plaquetas ou similares, previamente à transferência de propriedade.

16.6. O veículo classificado como SUCATA, assim considerado irrecuperável ou definitivamente desmontável, não poderá voltar a circular, devendo ser obrigatoriamente baixado de forma definitiva junto ao DETRAN, nos termos da legislação vigente, sendo vedado seu registro, licenciamento ou circulação em via pública, destinando-se exclusivamente ao desmonte e reaproveitamento comercial de peças e partes metálicas, na forma da lei.

16.7. É vedado ao arrematante circular com o veículo ou transferi-lo a terceiros antes da efetiva conclusão da transferência da propriedade para o seu nome junto ao DETRAN, respondendo o arrematante integral e exclusivamente por quaisquer ônus, penalidades, infrações ou danos decorrentes do descumprimento desta obrigação.

17. DA DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 A participação no leilão, mediante prévia habilitação nos termos deste Edital, implica a aceitação plena, irrevogável e irrevogável de todas as condições nele estabelecidas, bem como das regras de utilização da plataforma eletrônica por meio da qual o leilão será realizado.

17.2 O interessado é inteiramente responsável pela veracidade, autenticidade e legitimidade das informações e documentos apresentados para fins de habilitação e participação no certame, respondendo civil, administrativa e penalmente por eventuais inconsistências ou irregularidades.

17.3 Não será admitida, em qualquer hipótese, alegação de desconhecimento das disposições editalícias como fundamento para o descumprimento de obrigações assumidas ou para afastar a aplicação das penalidades cabíveis.

17.4 As imagens, fotografias, vídeos e demais registros visuais disponibilizados no portal eletrônico do leilão possuem caráter meramente ilustrativo, não servindo como parâmetro exclusivo para avaliação do estado dos bens. A arrematação pressupõe o conhecimento das condições reais dos bens, sendo

facultada aos interessados a realização de vistoria prévia, nos termos deste Edital.

17.5 Todos os horários previstos neste Edital, no aviso de leilão e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário oficial de Brasília/DF, inclusive para fins de registro no sistema eletrônico, contagem de prazos e demais atos do procedimento.

17.6 Os leilões realizados em ambiente eletrônico estão sujeitos, por sua própria natureza, a eventuais falhas, interrupções ou instabilidades dos serviços de internet, bem como do sistema informatizado utilizado para a realização do certame.

17.6.1. O Leiloeiro não se responsabiliza por danos, prejuízos ou perdas decorrentes de falhas técnicas, interrupções, congestionamento de redes ou incompatibilidades nos equipamentos, sistemas ou meios de acesso utilizados pelos licitantes que venham a impedir, dificultar ou comprometer sua participação no leilão.

17.7 Na ocorrência de falhas técnicas relevantes que comprometam a regularidade ou a competitividade do certame, o leilão poderá ser suspenso e retomado em data e horário oportunamente divulgados, garantindo-se a ampla participação dos interessados.

17.8 O Comitente poderá, a qualquer tempo, até a efetiva entrega do bem ao arrematante, revogar o leilão, no todo ou em parte por razões de interesse público devidamente motivadas, ou anulá-lo quando constatada ilegalidade, sem que disso decorra direito a indenização, ressalvada a restituição de valores eventualmente pagos, na forma da lei.

17.9 Fica reservado ao Comitente/Vendedor o direito de alterar a composição dos lotes, inclusive quanto à inclusão, exclusão, desdobramento ou reunião de bens, quando necessário ao atendimento do interesse público, observados os princípios da legalidade, publicidade, transparência e isonomia.

17.9.1. Caso a alteração promovida após a publicação oficial do Edital modifique substancialmente a composição dos lotes, as condições de participação, os valores de avaliação ou qualquer elemento capaz de influenciar a formulação dos lances ou a atratividade do certame, o Edital será obrigatoriamente republicado, com reabertura integral do prazo mínimo legal de 15 (quinze) dias úteis para realização do leilão, nos termos do art. 55, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.10 O Comitente e o Leiloeiro poderão proceder à correção de erros materiais, formais ou de digitação, desde que tais correções não alterem substancialmente o objeto ou as condições essenciais do certame.

17.11 Integra o presente Edital, para todos os efeitos legais, o Anexo I – Relação dos Bens Móveis.

Quatiguá, Estado do Paraná, em 19 de maio de 2025.

Izilda Gleiciany Rodrigues Carro

Prefeita